

DECRETO Nº 12147 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Regulamenta a Lei nº 8.954, de 14 de setembro de 2005, que dispõe sobre a organização, estrutura e competência do Contencioso Administrativo Tributário do Município, sobre o respectivo processo que nele tramita e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições previstas na Lei Orgânica Municipal nos artigos 76, VI.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 98 e 100 da Lei nº 8.954, de 14 de setembro de 2005. DECRETA:

TÍTULO I **Do Contencioso Administrativo Tributário.** **CAPÍTULO I** **Da Instituição e Atribuições.**

Art. 1º. O Contencioso Administrativo Tributário é órgão central integrante da estrutura da Secretaria de Finanças, diretamente vinculado ao Titular da Pasta, e terá sua estrutura, organização e competência regulamentadas na forma estabelecida no presente Decreto.

Art. 2º. Ao Contencioso Administrativo Tributário compete decidir, no âmbito administrativo e de forma contraditória, as questões decorrentes de relação jurídica estabelecida entre o Município de Fortaleza e o sujeito passivo de obrigação tributária, nos seguintes casos:

- I - exigência de crédito tributário;
- II - restituição de tributos municipais pagos indevidamente, quando indeferida pela administração tributária;
- III - atualização monetária, penalidades e os demais encargos relacionados com os incisos anteriores;
- IV - pagamento espontâneo de tributos, adicionais ou penalidades, nos casos previstos na legislação tributária.

CAPÍTULO II **Da Estrutura, Organização e Competência.** **SEÇÃO I** **Da Estrutura Básica e Setorial.**

Art. 3º. Contencioso Administrativo Tributário compõe-se dos seguintes órgãos:

- I - Conselho de Recursos Tributários:
 - a) Conselho Pleno;

b) Câmaras de Julgamento de Recursos Tributários;

II - Auditoria de julgamento em 1ª Instância de Processos Relativos a Tributos Municipais;

III - Unidade de Registro e Controle do Contencioso;

a) Serviço de Instrução Processual;

b) Serviço de Administração do Contencioso.

Art. 4º. A representação dos interesses do Município junto ao Contencioso Administrativo Tributário compete à Procuradoria Geral do Município (PGM).

SEÇÃO II

Da Presidência do Contencioso Administrativo Tributário.

Art. 5º. O Contencioso Administrativo Tributário será dirigido por um Presidente, escolhido e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo dentre servidores ativos da Secretaria de Finanças, graduado em curso superior, preferencialmente em Direito, de reconhecida experiência em assuntos tributários e notória idoneidade moral, para cumprir mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

Parágrafo Único. O Presidente do Contencioso Administrativo Tributário investe-se, automaticamente, na função de Presidente do Conselho de Recursos Tributários, quando do exercício das atribuições definidas no art. 12 deste Decreto.

Art. 6º. Compete ao Presidente do Contencioso Administrativo Tributário:

I - representar o Contencioso Administrativo Tributário;

II - exercer a superior administração do órgão e serviços, expedindo os atos administrativos necessários;

III - designar servidores lotados no Contencioso Administrativo Tributário para cumprimento de tarefas específicas;

IV - solicitar ao Secretário de Finanças a realização de cursos, treinamentos ou atividades similares que contribuam para o aperfeiçoamento dos servidores do órgão;

V - aplicar sanções administrativas disciplinares aos servidores do órgão, observado o disposto no art. 184, inciso III, da Lei nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990;

VI - designar os Conselheiros para comporem as Câmaras de Julgamento, mediante portaria;

VII - conceder licença aos Conselheiros, na forma que se dispuser no Regimento Interno;

VIII - submeter a despacho do Secretário de Finanças o expediente que depender de sua decisão;

IX - apresentar ao Secretário de Finanças, semestralmente, relatório das atividades do Contencioso Administrativo Tributário;

X - presidir as sessões do Conselho Pleno;

XI - submeter, por intermédio do Secretário de Finanças, à homologação do Chefe do Poder Executivo a jurisprudência administrativo-tributária sumulada nos termos do inciso VI do art. 10 deste Decreto;

XII - decidir, em despacho legalmente fundamentado, a respeito da admissibilidade ou não

dos Recursos de Revisão;

XIII - encaminhar para o Ministério Público cópias das decisões definitivas e demais documentos comprobatórios dos processos administrativo-tributários relativos a fatos que possam se constituir em Crimes Contra a Ordem Tributária, tipificados na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, na forma definida em portaria expedida pelo Secretário de Finanças;

XIV - providenciar as baixas dos processos, após o trânsito em julgado das decisões;

XV - executar as demais atribuições inerentes às funções de seu cargo.

Parágrafo Único. O Presidente do Contencioso Administrativo Tributário será substituído, em seus afastamentos ou impedimentos, pelo Primeiro e pelo Segundo Vice-Presidente do órgão, sucessivamente.

SEÇÃO III

Das Vice-Presidências do Contencioso Administrativo Tributário.

Art. 7º. O Contencioso Administrativo Tributário terá 2 (dois) Vice-Presidentes, escolhidos e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo dentre os servidores ativos integrantes da Secretaria de Finanças, graduados em curso superior, preferencialmente em Direito, e dentre os Procuradores da Procuradoria Geral do Município, ambos de reconhecida experiência em assuntos tributários e notória idoneidade moral, para cumprir mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

Parágrafo Único. Os Vice-Presidentes do Contencioso Administrativo Tributário, denominados Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, investem-se, respectivamente, nas funções de Presidente da Primeira e da Segunda Câmara de julgamento do Conselho de Recursos Tributários, quando da realização das atividades processuais inerentes àqueles Colegiados, definidas no art. 8º deste Decreto.

Art. 8º - Compete aos Vice-Presidentes do Contencioso Administrativo Tributário:

I - presidir as sessões das Câmaras de julgamento do Conselho de Recursos Tributários;

II – convocar os Conselheiros Suplentes na ausência ou impedimento dos titulares;

III - convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;

IV - determinar a distribuição dos processos em sessão, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno;

V - encaminhar, para os devidos fins, ao Presidente do Contencioso Administrativo Tributário os pedidos de diligências requeridas pelo Procurador do Município ou pelos Conselheiros, quando aprovados pela respectiva Câmara;

VI - encaminhar ao Presidente do Contencioso Administrativo Tributário as solicitações de certidões;

VII - aprovar a pauta das sessões;

VIII – assinar as Resoluções, juntamente com o Relator, os Conselheiros e o Procurador do Município que tomarem parte no julgamento, assim como as atas das sessões com as mesmas autoridades que estiverem presentes;

IX - substituir o Presidente do Contencioso Administrativo Tributário, nas suas ausências eventuais, faltas ou impedimentos, obedecida a ordem estabelecida no art. 6º deste Decreto;

- X - autorizar a juntada de documentos aos autos do processo, desde que requerida previamente, por escrito, pela parte interessada;
- XI - elaborar relatório mensal das atividades processuais das respectivas Câmaras;
- XII - assessorar, administrativamente, o Presidente do Contencioso Administrativo Tributário;
- XIII - praticar os demais atos inerentes às suas funções.

SEÇÃO IV

Do Conselho de Recursos Tributários.

Art. 9º. O Conselho de Recursos Tributários, órgão de instância superior do Contencioso Administrativo Tributário, será integrado por seu Presidente e por 8 (oito) Conselheiros e igual número de Suplentes, escolhidos dentre pessoas graduadas em curso de nível superior, de preferência em Direito, de reputação ilibada e reconhecida experiência em assuntos tributários, observado o critério de representação paritária, conforme o disposto nos arts. 14 e 15 deste Decreto.

Parágrafo Único. Os Conselheiros Titulares e Suplentes terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

Art. 10. O Conselho de Recursos Tributários reunir-se-á em sessão plenária, ordinária ou extraordinariamente, para:

- I - decidir sobre Recursos de Revisão;
- II - editar provimento sobre matéria de natureza processual relativa ao Procedimento Administrativo Tributário;
- III - discutir e aprovar alternativas de modificações da Legislação Tributária do Município, que devem ser encaminhadas ao Secretário de Finanças como sugestão a ser submetida ao Chefe do Poder Executivo;
- IV - aprovar o Regimento Interno do Contencioso Administrativo Tributário, submetendo-o, através do Secretário de Finanças, à aprovação do Chefe do Poder Executivo;
- V - deliberar sobre matéria administrativa de interesse do órgão;
- VI - sumular, semestralmente, a jurisprudência resultante de suas reiteradas decisões, na forma que dispuser o Regimento Interno;
- VII - dar posse aos membros do Conselho de Recursos Tributários.

§ 1º. Os processos tributários relativos a fatos que possam se constituir em Crimes Contra a Ordem Tributária, tipificados na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, serão julgados prioritariamente.

§ 2º. As decisões do Conselho Pleno serão tomadas por maioria de votos, tendo o Presidente o voto de desempate.

Art. 11. O Conselho de Recursos Tributários compõe-se de 2 (duas) Câmaras de julgamento, denominadas Primeira e Segunda Câmara de Julgamento de Recursos Tributários.

SEÇÃO V

Das Atribuições do Presidente do Conselho de Recursos Tributários.

Art. 12. São atribuições do Presidente do Conselho de Recursos Tributários:

- I - presidir as sessões do Conselho Pleno, resolver as questões de ordem e apurar as votações;
- II - convocar suplentes de Conselheiros;
- III - convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- IV - determinar as distribuições dos processos;
- V - autorizar a expedição de certidões requeridas;
- VI - assinar as Resoluções, juntamente com o Relator, os Conselheiros e o Procurador do Município que tomarem parte no julgamento, assim como as atas das sessões com as mesmas autoridades que estiverem presentes;
- VII - providenciar as baixas dos processos, após o trânsito em julgado das decisões;
- VIII - decidir as questões processuais através do voto de qualidade;
- IX - decidir, em despacho legalmente fundamentado, a respeito da admissibilidade ou não dos Recursos de Revisão;
- X - fazer cumprir as diligências requeridas;
- XI - praticar os demais atos inerentes às suas funções.

SEÇÃO VI

Das Câmaras de julgamento do Conselho de Recursos Tributários.

Art. 13. Cada Câmara de Julgamento será integrada pelo Presidente e por 4(quatro) Conselheiros Titulares e igual número de Suplentes, observado o critério de representação paritária.

Art. 14. Os Conselheiros Titulares e Suplentes representantes dos contribuintes serão indicados pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), pela Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Ceará (SINDUSCON-CE) e pelo Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRC-CE), obedecidos os critérios legais de qualificação estabelecidos no art. 9º deste Decreto.

§ 1º. Cada uma das entidades aludidas neste artigo terá direito a 2 (dois) representantes no Conselho de Recursos Tributários, sendo 1 (um) Conselheiro Titular e 1 (um) Suplente.

§ 2º. A indicação de que trata o caput deste artigo será feita através de lista que contenha o triplo das vagas destinadas a cada Entidade, competindo ao Chefe do Poder Executivo escolher e nomear os Conselheiros Titulares e Suplentes.

Art. 15. Os Conselheiros Titulares e Suplentes representantes da Fazenda Municipal serão indicados em lista tríplice pelo Secretário de Finanças, escolhidos e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, obedecendo aos critérios estabelecidos nos arts. 5º e 9º deste Decreto.

Art. 16 - Às Câmaras de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários compete conhecer e decidir, sobre:

- I - recursos voluntários interpostos pelo sujeito passivo de obrigações tributárias e pelo requerente em Procedimento Especial de Restituição, quando indeferido pela Administração Tributária;
- II - reclamação, nos casos de lançamento de ofício, em que não haja aplicação de penalidades, salvo multa de mora;
- III - recursos de ofício, interpostos por Julgadores de Primeira Instância, de decisões contrárias, no todo ou em parte, aos interesses da Fazenda Pública Municipal;
- IV - pedido de pagamento espontâneo de tributos, adicionais e penalidades, nos casos previstos na Legislação Tributária, objeto de recursos de ofício e voluntário.

§ 1º. Os processos tributários relativos a fatos que possam se constituir em Crimes Contra a Ordem Tributária, tipificados na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, serão julgados prioritariamente.

§ 2º. As decisões das Câmaras de julgamento serão tomadas por maioria de votos, tendo o Presidente o voto de desempate.

SEÇÃO VII

Das Atribuições dos Procuradores do Município.

Art. 17. Junto a cada Câmara de julgamento funcionará um Procurador do Município, designado pelo Procurador-Geral do Município, competindo-lhe:

- I – emitir parecer prévio acerca da legalidade dos atos da Administração Tributária, no prazo de 15 (quinze) dias, em cada Processo Administrativo submetido a julgamento nas Câmaras e no Conselho Pleno;
- II - defender os interesses da Fazenda Pública durante as sessões de julgamento, com direito à palavra, depois de concluído o relatório;
- III - recorrer, quando considerar cabível e oportuno aos interesses do Município, das decisões contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal;
- IV - representar administrativamente contra agentes do Fisco que, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, devidamente verificadas no processo tributário, causarem prejuízo ao Erário Municipal;
- V - sugerir às autoridades competentes, através da Presidência do Contencioso Administrativo Tributário, a adoção de medidas administrativas ou judiciais que visem a resguardar a Fazenda Pública Municipal de danos que possam ser causados por qualquer sujeito passivo de obrigações tributárias;
- VI - requerer diretamente ao Presidente a realização de diligências, quando do interesse da Fazenda Pública Municipal;
- VII – examinar outros processos, em qualquer instância do Contencioso Administrativo Tributário, podendo requerer cópias e certidões e tomar depoimentos;
- VIII - praticar os demais atos inerentes às suas funções, decorrentes da legislação em vigor.

§ 1º. Descabe parecer prévio nos Recursos de Revisão interpostos pela própria Procuradoria Geral do Município.

§ 2º. Os Procuradores do Município que funcionarem junto às Câmaras de Julgamento participarão das sessões do Conselho Pleno, atuando na sessão o Procurador vinculado à Câmara de onde teve origem o processo objeto da pauta de julgamento.

§ 3º. A Juízo do Procurador-Geral, os Procuradores do Município designados para funcionarem junto ao Contencioso Administrativo Tributário poderão ser dispensados de outras atribuições inerentes a seus cargos.

SEÇÃO VIII Das Atribuições do Conselheiro.

Art. 18. Compete aos Conselheiros do Conselho de Recursos Tributários:

- I - tomar parte nos julgamentos, requerendo diligências ou vista ao processo, quando necessárias;
 - II - relatar os processos que lhe forem distribuídos;
 - III – comparecer às sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara e do Conselho Pleno, fazendo, com antecipação, a devida comunicação quando não puder estar presente;
 - IV - devolver dentro do prazo de 10 (dez) dias, após seu julgamento, o processo de que for relator, acompanhado da Resolução devidamente lavrada;
 - V - assinar as Resoluções juntamente com o Presidente e o Procurador do Município;
 - VI - tomar parte na discussão de qualquer matéria afeta ao órgão.
- Parágrafo Único. Compete ao Conselheiro representante da Fazenda Municipal substituir o Presidente da Câmara de julgamento, em suas ausências eventuais, observada a ordem de idade.

SEÇÃO IX Da Auditoria de julgamento em Primeira Instância.

Art. 19. À Auditoria de julgamento em Primeira Instância do Contencioso Administrativo Tributário compete:

- I - preparar, sanear e controlar os Processos Administrativos Tributários;
- II - determinar as diligências, perícias e vistorias que se fizerem necessárias à instrução e julgamento dos processos fiscais, na forma prevista neste Decreto;
- III - conhecer e decidir sobre impugnações às exigências tributárias constantes de Reclamações contra lançamento dos tributos ou de Defesa contra Autos de Infração;
- IV - conhecer e decidir sobre pedido de restituição de pagamentos, feito pelo sujeito passivo, de tributos, adicionais ou penalidades pagas, quando indeferido pela Administração Tributária;
- V - conhecer e decidir sobre pedido de pagamento espontâneo de tributos, adicionais e penalidades, nos casos previstos na legislação tributária, quando indeferido pela Administração Tributária;
- VI - recorrer, de ofício, de suas decisões contrárias à Fazenda Pública, no todo ou em parte, às Câmaras de Julgamento, observado o que prescreve o parágrafo único do art. 74 deste Decreto.

§ 1º. A Auditoria de Julgamento em Primeira Instância será composta por servidores ativos da Secretaria de Finanças com nível superior, preferencialmente em Direito, de reconhecida experiência em assuntos tributários e de notória idoneidade moral, designados por ato do Secretário de Finanças, em número suficiente ao bom desempenho do órgão.

§ 2º. A distribuição dos processos para julgamento em primeira instância dar-se-á de forma equitativa, obedecendo-se ao critério de ordem de chegada.

SEÇÃO X

Da Unidade de Registro e Controle do Contencioso.

Art. 20. À Unidade de Registro e Controle, órgão de apoio e execução das funções administrativas e de julgamento dos processos tributários em segunda instância, subordinada diretamente à Presidência do Contencioso Administrativo Tributário, compete:

I - receber, registrar, distribuir, expedir e informar sobre documentos em tramitação no órgão;

II - receber, classificar, catalogar e controlar a aquisição de livros, periódicos ou outras quaisquer publicações que versem sobre legislação, jurisprudência e doutrina, de interesse do órgão;

III - receber, preparar, distribuir e controlar os processos submetidos a julgamento;

IV - receber as petições, certificar datas de recebimento e encaminhamento de processos e de atos e termos processuais, numerar e rubricar as folhas dos autos e providenciar as intimações;

V - encaminhar os recursos às Câmaras de julgamento e ao Conselho Pleno, quando for o caso, informando a data de notificação do julgamento e a do recebimento do recurso;

VI - apresentar, mensalmente, à Presidência do Contencioso Administrativo Tributário relatório de suas atividades;

VII - cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua Unidade, as determinações superiores;

VIII - secretariar as sessões do Conselho Pleno e lavrar as correspondentes atas;

IX - submeter a despacho do Presidente do Contencioso Administrativo Tributário o expediente que depender de sua decisão;

X - praticar os demais atos inerentes às suas atribuições.

Parágrafo Único. As atribuições previstas no inciso VIII deste artigo serão exercidas, diretamente, pelo chefe da Unidade de Registro e Controle do Contencioso, ou, na sua ausência, pelo chefe do Serviço de Instrução Processual ou outro servidor daquela Unidade.

SEÇÃO XI

Do Serviço de Instrução Processual.

Art. 21. Ao Serviço de Instrução Processual, órgão de preparo e saneamento dos processos em segunda instância, subordinado diretamente à Unidade de Registro e Controle do Contencioso, compete:

I - numerar, em ordem própria, os recursos que subirem para as Câmaras de Julgamento;

II - organizar os processos em forma de autos, numerando e rubricando suas folhas e lavrando os devidos termos;

III - receber, numerar e distribuir os processos em grau de recurso, por ordem de chegada;

IV - secretariar as sessões das Câmaras de julgamento e lavrar as correspondentes atas;

V - praticar os demais atos inerentes às suas atribuições.

Parágrafo Único. As atribuições previstas no inciso IV deste artigo serão exercidas, diretamente, pelo chefe do Serviço de Instrução Processual, ou por outro servidor da Unidade de Registro e Controle do Contencioso, a critério do titular desta Unidade.

SEÇÃO XII

Do Serviço de Administração do Contencioso.

Art. 22. Ao Serviço de Administração do Contencioso, órgão de execução das atividades administrativas e de pessoal, material e serviços em geral, subordinado diretamente à Unidade de Registro e Controle do Contencioso, compete:

- I - receber, registrar e informar, através de protocolo, sobre documentos em tramitação no Contencioso Administrativo Tributário;
- II - providenciar ou requisitar ao setor competente da Secretaria de Finanças os materiais de consumo e de expediente necessários ao funcionamento do órgão;
- III - manter sob controle todo o material do órgão, inclusive máquinas, computadores e equipamentos;
- IV - registrar, controlar e informar ao setor competente da Secretaria de Finanças sobre a situação dos servidores lotados no Contencioso Administrativo Tributário, especialmente sobre escala de férias, licenças ou outras quaisquer formas de afastamento do serviço, apurando e controlando a frequência;
- V - controlar e executar as demais atividades pertinentes à administração de pessoal, material, serviços gerais e acervo bibliográfico;
- VI - praticar os demais atos inerentes às suas atribuições.

CAPÍTULO III

Das Sessões.

Art. 23. As deliberações do Conselho de Recursos Tributários e das respectivas Câmaras de Julgamento, atinentes à matéria tributária, serão denominadas Resoluções, sendo redigidas com clareza e simplicidade, contendo ementa, relatório, voto do relator e decisão.

§ 1º. Se o relator for vencido, o Presidente do órgão designará, para lavrar a Resolução, o Conselheiro que tenha emitido o primeiro voto vencedor.

§ 2º. O voto vencido, quando fundamentado por escrito, passará a integrar a Resolução.

Art. 24. Lavrada e aprovada a Resolução, será esta enviada, dentro de 3 (três) dias, ao contribuinte, por servidor ou via postal com aviso de recepção, acompanhada da pertinente intimação, e, no mesmo prazo, ao órgão responsável pelo lançamento do tributo ou lavratura do Auto de Infração.

Parágrafo Único. Não sendo possível a efetivação da intimação do contribuinte na forma do caput deste artigo, será esta realizada mediante publicação de Edital no Diário Oficial do Município.

Art. 25. O Conselho Pleno reunir-se-á, ordinariamente, até 2 (duas) vezes por mês, em dias e horários previamente fixados por ato do seu Presidente, podendo ser convocadas até 5

(cinco) sessões extraordinárias mensais, se assim o exigir a necessidade ou a conveniência do órgão, devidamente fundamentadas nos respectivos instrumentos de convocação.

Art. 26. As Câmaras de julgamento reunir-se-ão, ordinariamente, até 12 (doze) vezes por mês, em dias e horários previamente fixados por ato do seu Presidente, podendo ser convocadas até 4 (quatro) sessões extraordinárias mensais, se assim o exigir a necessidade ou a conveniência do órgão, devidamente fundamentadas nos respectivos instrumentos de convocação.

Art. 27. Na hora regimental, verificada a presença da maioria absoluta dos Conselheiros, a sessão será aberta pelo Presidente, observando-se a seguinte ordem para os trabalhos:

I - leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;
II - leitura do expediente; III - sorteio para distribuição dos processos aos Conselheiros;
IV - leitura, votação e assinatura das Resoluções;
V - ordem do dia. Art. 28 - Iniciada a ordem do dia, o Presidente concederá a palavra ao relator, observada a ordem de inclusão dos processos na pauta de julgamento.

§ 1º. Feito o relatório e antes de concluída a votação, poderá qualquer Conselheiro pedir vista do Processo, por prazo que não exceda a 48 (quarenta e oito) horas, ficando o pedido de vista limitado a 1 (um) por bancada de representação.

§ 2º. Concluído o relatório, o Presidente dará a palavra ao Procurador do Município para manifestar-se sobre o processo, podendo este se limitar à leitura do parecer, e, em seguida, a facultará a qualquer Conselheiro que deseje participar das discussões, pedir esclarecimentos ou examinar documentos nos autos.

§ 3º. Na ausência do Procurador do Município, o Presidente ordenará ao Secretário a leitura do parecer.

§ 4º. Se houver prévia solicitação de sustentação oral, antes do início da votação será facultada a palavra ao contribuinte ou responsável ou, ainda, ao seu advogado legalmente constituído, pelo prazo de 15 (quinze) minutos, prorrogável, a critério do Presidente, por mais 5 (cinco) minutos.

§ 5º. Passando-se à votação, o Presidente dará a palavra ao relator para proferir seu voto, tomando, a seguir, os demais votos, a começar pela direita, e proferido o seu em último lugar, em caso de empate.

§ 6º. A ordem de votação estabelecida no § 5º deste artigo será alterada quando houver pedido de vista por Conselheiro, hipótese em que este votará em seguida ao relator.

§ 7º. Encerrada a votação, o Presidente anunciará a decisão.

Art. 29. Conselheiro não se eximirá de votar a matéria, mesmo vencido na preliminar.

Art. 30. Poderá haver retificação do voto, antes de encerrada a votação.

Art. 31. O Presidente, quando tiver de proferir o voto de desempate, poderá reter o processo pelo prazo de até 72 (setenta e duas) horas.

Art. 32. Os julgamentos, além de poderem ser convertidos em diligências, poderão ser adiados ou sobrestados, por decisão do órgão, devendo os motivos da deliberação constar da ata dos trabalhos do dia.

Art. 33. Na hora do expediente ou após a ordem do dia, durante 20 (vinte) minutos, poderão ser tratados quaisquer assuntos estranhos à pauta, desde que do interesse do órgão.

Art. 34. As sessões ordinárias e extraordinárias serão públicas, podendo, em caso de necessidade, o órgão reunir-se reservadamente, situação em que será assegurada a participação da parte ou do seu advogado.

Art. 35. O Presidente poderá fazer retirar-se do recinto quem não mantiver a compostura devida ou perturbar a ordem dos trabalhos e advertir quem não guardar comedimento de linguagem, cassando-lhe a palavra se não for atendido.

Art. 36. Nenhum integrante do órgão poderá ausentar-se do recinto das sessões, sem prévia permissão do Presidente.

TÍTULO II

Do Processo Administrativo Tributário.

CAPÍTULO I

Do Contraditório e da Formação do Processo Administrativo Tributário.

Art. 37. Instaura-se a relação contenciosa administrativa pela impugnação à exigência do crédito tributário, ao ato que indeferir o pedido de restituição, ao indeferimento do pedido de pagamento espontâneo ou pela revelia.

§ 1º. O crédito tributário será composto pelo valor do tributo, da multa integral, dos juros e dos demais acréscimos legais.

§ 2º. Formaliza-se a exigência do crédito tributário pela intimação regularmente feita ao sujeito passivo, seu mandatário ou preposto.

§ 3º. O impugnante poderá depositar em dinheiro, em qualquer fase do processo, o total atualizado do valor do crédito tributário exigido pelo Auto de Infração, para elidir a incidência de atualização monetária, a partir da efetivação do depósito, conforme dispuser a legislação tributária municipal.

§ 4º. Considerar-se-á revel o autuado que não apresentar defesa no prazo legal.

§ 5º. A revelia não impedirá a presença da parte no feito, que o receberá no estado em que se encontrar, vedada a reabertura de fases preclusas, correndo, entretanto, os prazos, neste caso, independentemente de intimação.

CAPÍTULO II

Das Partes e da Capacidade Processual.

Art. 38. Todo contribuinte ou responsável por obrigações tributárias tem capacidade para estar no Contencioso Administrativo Tributário.

Art. 39. O contribuinte ou responsável tributário comparecerá ao Contencioso Administrativo Tributário, pessoalmente, ou por seu representante legal, ou por advogado devidamente constituído no processo.

CAPÍTULO III
Dos Atos e Termos Processuais.
SEÇÃO I
Da Forma dos Atos.

Art. 40. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada, senão quando a Lei expressamente o exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, preenchem sua finalidade essencial.

Art. 41. Os atos serão públicos, exceto quando o sigilo se impuser por motivo de ordem pública, caso em que será assegurada a participação da parte e de seu advogado, se houver.

SEÇÃO II
Do Início e Instrução.

Art. 42. Instaura-se a fase litigiosa do processo fiscal:

- I - com a reclamação de lançamentos em que não haja aplicação de penalidades, salvo multa de mora;
- II - pela impugnação de Auto de Infração;
- III - por petição do sujeito passivo, no caso de indeferimento ou rejeição pela Fazenda Municipal do seu pedido de restituição de tributos;
- IV - por petição do sujeito passivo, no caso de indeferimento ou rejeição pela Fazenda Municipal de seu pedido de pagamento espontâneo de tributo, adicionais ou penalidades, nos casos previstos pela legislação tributária.

Parágrafo Único. Para efeito de descaracterizar a iniciativa espontânea do sujeito passivo, só se considera iniciado o processo fiscal contra o mesmo após ter sido intimado de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, na forma da lei.

Art. 43. A instrução do processo caberá:

- I - à Auditoria de julgamento, em primeira instância;
- II - à Unidade de Registro e Controle, em segunda instância.

§ 1º. A autoridade que instruir o processo receberá as petições, certificará datas de recebimento e encaminhamento do processo e todos os demais atos e termos processuais, solicitará informações e pareceres, deferirá ou indeferirá provas, numerará e rubricará as folhas dos autos, mandará cientificar ou intimar os interessados, quando for o caso, e abrirá prazo para recurso.

§ 2º - Os processos administrativos tributários relativos à mesma ação fiscal e ao mesmo contribuinte serão reunidos em um só processo pela Auditoria de Julgamento em Primeira Instância, a qual proferirá uma única decisão contemplando toda a matéria impugnada.

SEÇÃO III Das Intimações.

Art. 44. A intimação far-se-á sempre na pessoa do contribuinte ou responsável, ou na de seu mandatário ou preposto, empregado ou assemelhado ou, ainda, na pessoa do seu advogado, quando regularmente constituído nos autos do processo, com poderes expressos para tanto, neste último caso para conhecimento das decisões, pelas seguintes formas:

- I - por servidor fazendário, mediante entrega de comunicação subscrita pela autoridade competente;
- II - por carta, com aviso de recepção;
- III - por edital, quando o sujeito passivo não for localizado, ou quando se torne impraticável pelos meios dos incisos I e II deste artigo.

§ 1º. Quando feita pela forma estabelecida no inciso I deste artigo, a intimação será comprovada pela assinatura do intimado na via do documento que se destinar ao Fisco.

§ 2º. Recusando-se o intimado a apor sua assinatura, o servidor intimante declarará circunstanciadamente este fato na via do documento destinado ao Fisco, assinando-a em seguida.

§ 3º. Far-se-á a intimação por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, no caso de encontrar-se a parte em lugar incerto e não sabido.

§ 4º. A intimação por edital far-se-á por afixação em local acessível ao público, no prédio em que funcionar o órgão intimador, e publicação no Diário Oficial do Município, certificando-se, no processo, esse ato.

§ 5º. Considera-se feita à intimação:

- I - se por servidor fazendário, na data da juntada ao processo administrativo tributário do documento destinado ao Fisco;
- II - se por carta, na data da juntada ao processo administrativo tributário do aviso de recepção;
- III - se por edital, em 15 (quinze) dias, a partir da data de sua publicação.

§ 6º. A intimação do primeiro termo do processo será feita ao contribuinte ou responsável no próprio documento que serviu de base ao lançamento, do qual ser-lhe-á dada cópia, acompanhado dos demais elementos embasadores.

§ 7º. Se a intimação der-se por edital, deverão constar os seguintes elementos:

- I - qualificação do contribuinte ou responsável;
- II - valor do crédito tributário;
- III - prazo para pagamento ou para impugnação da exigência;
- IV - descrição do fato;
- V - indicação do dispositivo violado;
- VI - dia e hora da lavratura do Auto de Infração.

SEÇÃO IV Dos Prazos.

Art. 45 - Sem prejuízo de outros especialmente previstos, os atos processuais serão realizados nos seguintes prazos:

I - 48 (quarenta e oito) horas para:

- a) devolução do processo pelo Conselheiro que houver pedido vista;
- b) os fiscais autuantes encaminharem ao Contencioso Administrativo Tributário o Auto de Infração com os documentos necessários e obrigatórios, contados da data do ciente ou da recusa do autuado.

II - 72 (setenta e duas) horas para os Presidentes das Câmaras ou do Conselho Pleno proferir voto de desempate;

III - 3 (três) dias para:

- a) intimação ao contribuinte ou responsável da decisão de segunda instância;
- b) remessa da Resolução ao órgão responsável pelo lançamento de tributo ou pela lavratura do Auto de Infração;
- c) notificação ao contribuinte ou responsável, quando feita através de edital.

IV - 10 (dez) dias para:

- a) manifestação do responsável pelo lançamento sobre reclamações apresentadas;
- b) julgamento do processo em primeira instância;
- c) encaminhamento do recurso de ofício à segunda instância pela autoridade julgadora;
- d) interposição de Recurso de Revisão;
- e) pagamento de débito por parte do devedor, quando do improvimento do Recurso de Revisão;
- f) relato do processo pelo Conselheiro Relator;
- g) manifestação do autuado sobre o resultado da perícia.

V - 15 (quinze) dias para:

- a) apresentação de reclamação;
- b) apresentação de defesa ou pagamento do Auto de Infração;
- c) emissão do parecer prévio pelo Procurador do Município;
- d) interposição do recurso voluntário para as Câmaras de Julgamento;
- e) impugnação à retificação na Notificação de Lançamento ou no Auto de Infração, determinada em qualquer instância, no curso do processo, que implique modificação da exigência inicial ou suprimento de omissões e inexatidões constatadas, ou, ainda, inovação ou alteração da motivação legal da exigência.

VI - 30 (trinta) dias para:

- a) intimação por edital, encontrando-se a parte em lugar incerto e não sabido;
- b) pagamento do débito, a contar da intimação do sujeito passivo, na hipótese da não admissibilidade do Recurso de Revisão.

VII - 40 (quarenta) dias para emissão da decisão pela Câmara de julgamento.

§ 1º. Não havendo prazo especialmente previsto, o ato será praticado no prazo que for fixado pelo Presidente do Contencioso Administrativo Tributário.

§ 2º. Antes de seu vencimento e a requerimento da parte interessada, o prazo para a defesa poderá ser dilatado em até o dobro, a critério do Presidente do Conselho de Recursos Tributários.

§ 3º. Excepcionalmente, em razão da relevância ou complexidade da matéria, os prazos para Recurso Voluntário e para Recurso de Revisão, bem como o previsto na alínea “f” do inciso IV deste artigo, poderão ser dilatados em igual período.

SEÇÃO V Das Nulidades.

Art. 46. São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de quaisquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora.

§ 1º. A participação de autoridade incompetente ou impedida não dará causa à nulidade do ato por ela praticado, desde que dele participe uma autoridade com competência plena e no efetivo exercício de suas funções.

§ 2º. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para as partes.

§ 3º. Nenhuma das partes poderá argüir nulidade a que haja dado causa ou para a qual tenha concorrido, ou referente à formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.

§ 4º. Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração dos fatos ou na decisão da causa.

§ 5º. Não se tratando de nulidade absoluta, considera-se sanada se a parte a quem aproveite deixar de argüi-la na primeira ocasião em que se manifestar no processo.

§ 6º. No pronunciamento da nulidade, a autoridade declarará os atos a que ela se estende, chamando o feito à ordem para fins de regularização do processo.

§ 7º. A nulidade de qualquer ato prejudicará os posteriores que dele sejam conseqüência ou dependam.

CAPÍTULO III Da Reclamação.

Art. 47. A reclamação, que terá efeito suspensivo de cobrança dos tributos lançados, será apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação do lançamento de ofício, devendo o notificado alegar, de uma só vez, toda a matéria que entender oponível à exigência do crédito tributário.

Parágrafo Único. A reclamação far-se-á por petição escrita à Auditoria de julgamento em Primeira Instância, fundamentada e instruída com prova documental dos fatos alegados, podendo, ainda, o reclamante indicar outras provas que desejar produzir.

Art. 48. Apresentada a reclamação o julgador abrirá vista do processo aos responsáveis pelo lançamento objeto da reclamação, a fim de que se pronunciem, no prazo de 10 (dez) dias, a partir do seu recebimento, devendo indicar as provas cuja produção considerar necessária.

CAPÍTULO IV
Do Procedimento de Ofício.
SEÇÃO I

Do Auto de Infração e da Notificação de Lançamento.

Art. 49. As ações ou omissões contrárias à Legislação Tributária Municipal, inclusive o não pagamento dos tributos nos prazos legais, são apuradas de ofício e lançadas através de Auto de Infração ou Notificação de Lançamento, para fins de determinar o responsável pela infração apontada, o dano causado ao Município e o respectivo valor, propondo-se a aplicação da sanção correspondente.

Art. 50. Considera-se iniciado o procedimento fiscal de ofício para apuração das infrações, com o fim de excluir a espontaneidade do sujeito passivo da obrigação tributária:

- I - com a lavratura do termo de início de fiscalização;
- II - com a intimação escrita para apresentar livros fiscais ou contábeis ou outros documentos solicitados pela fiscalização.

§ 1º. Para os atos de que trata este artigo, serão formalizados termos de que se deve dar ciência ao contribuinte, sendo-lhe entregue cópia.

§ 2º. Após iniciado o procedimento na forma prevista neste artigo, extingue-se o procedimento espontâneo para recolhimento dos Tributos Municipais pertinentes àquela ação fiscal, estando obrigatoriamente sujeitos à multa por infração, além dos acréscimos legais previstos.

Art. 51 - O Auto de Infração será lavrado em formulário próprio por auditor fiscal, não podendo conter rasuras, emendas ou entrelinhas, exceto as ressalvadas, e contendo, ainda:

- I - a descrição minuciosa da infração;
- II - a referência aos dispositivos legais respectivos;
- III - a penalidade aplicável e a referência aos dispositivos legais infringidos;
- IV - o local, data e hora de sua lavratura;
- V - o nome e endereço do sujeito passivo e de testemunhas, conforme for o caso;
- VI - elementos e documentos que serviram de base à apuração da infração;
- VII - a inscrição municipal correspondente, bem como a inscrição no Ministério da Fazenda;
- VIII - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência do Auto de Infração, sob pena de revelia;
- IX - o cálculo dos valores devidos;
- X - a assinatura do autuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula;
- XI - a cientificação do autuado.

§ 1º. Além dos elementos descritos neste artigo, o Auto de Infração pode conter outros, para maior clareza na descrição da infração e identificação do infrator.

§ 2º. As incorreções ou omissões verificadas no Auto de Infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.

§ 3º. A cada infração à legislação, corresponde, obrigatoriamente, uma autuação específica.

§ 4º. A assinatura no Auto de Infração não importa confissão, nem a sua falta ou recusa em nulidade do Auto ou aumento da penalidade, mas a circunstância será mencionada pelo autuante.

Art. 52. Após a lavratura do Auto de Infração, o auditor de tributos municipais o apresentará ao Contencioso Administrativo Tributário no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 53. As incorreções ou omissões existentes no Auto de Infração poderão ser corrigidas pelo autuante, com anuência de seu superior imediato, ou por este determinada, enquanto não for apresentada a defesa, cientificando-se o autuado e devolvendo-lhe o prazo para apresentação da defesa ou pagamento do crédito tributário com o desconto previsto em lei.

SEÇÃO II Da Defesa.

Art. 54. É assegurado ao sujeito passivo o direito de ampla defesa, sendo-lhe permitido o reconhecimento de parte do crédito apurado no procedimento de ofício, defendendo-se, apenas, quanto à parte não reconhecida.

Parágrafo Único. No caso de impugnação parcial, não cumprida a exigência relativa à parte não litigiosa do crédito, o Serviço de Instrução Processual, antes da remessa dos autos a julgamento, providenciará a formação de autos apartados para a imediata cobrança da parte não contestada, consignando essa circunstância no processo original.

Art. 55. A defesa, formalizada por escrito, será dirigida ao órgão competente, devidamente datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante legal, sendo apresentada no Protocolo do Contencioso Administrativo Tributário, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que for feita a intimação da exigência, devendo vir acompanhada de todos os elementos e documentos que lhe sirvam de base.

Art. 56. Findo o prazo sem apresentação de defesa, e antes da aplicação do decreto de revelia pela Auditoria de julgamento em Primeira Instância, deverá o Serviço de Instrução Processual certificar o decurso do prazo de defesa.

Art. 57. Juntamente com a defesa pode o autuado requerer a realização de perícia ou diligência, expondo os motivos que as justifiquem, formulando expressamente os quesitos a serem elucidados e, querendo, indicando, desde logo, nome, profissão e endereço do respectivo assistente.

§ 1º. Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos do caput deste artigo.

§ 2º. Será indeferido, fundamentadamente, o pedido de perícia:

- I - quando o fato não depender do juízo especial de técnicos;
- II - quando desnecessária, em vista das demais provas;
- III - quando a sua realização for impraticável, em razão da natureza transitória do fato.

§ 3º. Serão indeferidos os quesitos impertinentes.

Art. 58. A prova documental será apresentada na defesa, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que:

- I - fique provada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;
- II - refira-se a fato ou a direito superveniente;
- III - destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidos ao processo.

Art. 59. A juntada de documentos após a apresentação de defesa deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de uma das condições previstas nos incisos do artigo anterior.

Parágrafo Único. Na hipótese de já ter sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para, se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância.

Art. 60. Considerar-se-á revel o autuado que não apresentar impugnação no prazo legal.

Art. 61. A defesa deverá conter:

- I - a indicação da autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II - a qualificação do autuado;
- III - as razões de fato e de direito em que se fundamenta;
- IV - a documentação probante de suas alegações;
- V - a indicação das provas cuja produção é pretendida.

Parágrafo Único. É vedado ao impugnante, ou a seu representante legal, empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo ao julgador, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.

SEÇÃO III Das Provas.

Art. 62 - São provas admissíveis:

- I - documentos;
- II - perícia;
- III - testemunhas;
- IV - todos os demais meios legais hábeis para provar a verdade dos fatos em litígio.

Parágrafo Único. A prova pericial consiste de exame, vistoria ou avaliação.

Art. 63. Salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, e nas demais hipóteses do art. 58 deste Decreto, somente poderá ser requerida a juntada de documentos, a realização de perícia ou qualquer outra diligência, por ocasião da impugnação, ou da interposição de recurso.

Parágrafo Único. Quando requerida a prova pericial, constarão do pedido a formulação dos quesitos e a completa qualificação do assistente técnico, se indicado.

Art. 64. Os julgadores vinculados a cada processo decidirão, mediante despacho nos autos, sobre a produção das provas requeridas, indeferindo, fundamentadamente, as provas que sejam manifestamente incabíveis, inúteis, protelatórias, ou obtidas por meios ilícitos, e fixarão o dia e hora para produção das que forem admitidas.

Art. 65. Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente o seu convencimento, podendo determinar as diligências que entender necessárias.

§ 1º. Considerar-se-á indeferido o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos definidos neste Decreto.

§ 2º. A diligência solicitada pela parte será indeferida de forma fundamentada, quando:

I - for meramente protelatória ou evidentemente desnecessária, em vista de outras provas já contidas no processo;

II - a prova do fato não depender de conhecimento técnico ou especializado, ou, ainda, quando a verificação for impraticável.

§ 3º. Deferido o pedido de perícia ou sendo esta determinada de ofício, a autoridade julgadora fixará, de imediato, o prazo para a entrega do laudo.

§ 4º. Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo assinalado, poderá ser-lhe concedida, por uma vez, prorrogação, segundo a complexidade do ato.

§ 5º. O autuado poderá manifestar-se sobre o resultado da perícia, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data em que se considerar feita a intimação.

§ 6º. A existência no processo de laudo ou pareceres técnicos não impedirá o julgador, de qualquer instância, de solicitar pareceres ou laudos de outros órgãos ou períodos.

Art. 66. A perícia será efetuada por servidor especialmente designado para atuar na função de perito, junto ao Contencioso Administrativo Tributário, por ato do Secretário de Finanças.

Parágrafo Único. Na realização da perícia poderão participar os responsáveis pelo lançamento do tributo, o reclamante ou defendente, pessoalmente ou através de seu assistente, e terá por fim verificação de fatos, devendo ser lavrado Laudo Pericial.

Art. 67. Todos têm o dever de colaborar com o Contencioso Administrativo Tributário para o descobrimento da verdade.

§ 1º. Os órgãos do Contencioso Administrativo Tributário podem ordenar que a parte, ou terceiro, exiba documento, livro ou coisa, que estejam ou devam estar na sua guarda, presumindo-se verdadeiros, no caso de recusa injustificada, os fatos a serem apurados pela exibição, podendo, também, ouvir pessoas, inclusive os agentes fiscais autuantes, para esclarecimentos dos fatos.

§ 2º. O dever previsto neste artigo não abrange a prestação de informações ou a exibição de documento, livro ou coisa, a respeito dos quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar sigilo em razão do cargo, função, ministério, ofício ou profissão.

Art. 68. Verificadas em qualquer instância, no curso do processo, omissões, incorreções ou inexatidões que impliquem modificação da exigência, ou, ainda, inovação ou alteração da sua motivação, deverá ser determinada a retificação da Notificação de Lançamento ou do Auto de Infração pela autoridade lançadora, devolvendo-se ao sujeito passivo, mediante intimação, prazo para impugnação, limitada à matéria modificada.

Parágrafo Único. Quando constatado fato não considerado no lançamento inicial e que implique agravamento da exação original, deverá ser providenciada Notificação de Lançamento ou Auto de Infração complementar, mediante ordem escrita da autoridade administrativa competente.

SEÇÃO IV Da Decisão de Primeira Instância.

Art. 69. Findo o prazo para a produção de provas, ou perempto o direito de apresentar defesa ou reclamação e após saneado o processo, o auditor julgador emitirá decisão no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do processo.

Parágrafo Único. A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações das partes, podendo decidir de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo, ressalvada a observância das decisões normativas, definitivamente transitadas em julgado, de superior instância.

Art. 70. O julgamento de Primeira Instância, redigido com clareza, resolverá todas as questões debatidas no processo e pronunciará a ocorrência ou não da revelia, a nulidade, a procedência total ou parcial, ou a improcedência do Auto de Infração, da reclamação ou da petição do sujeito passivo, mencionando o prazo legal para o recurso ou para o cumprimento da decisão, este de 15 (quinze) dias, a contar da ciência ao sujeito passivo.

Parágrafo Único. Não sendo proferida decisão no prazo previsto no caput do art. 69 deste Decreto subirá o processo para as Câmaras de Julgamento, como se houvesse decisão contrária à Fazenda Pública, ficando preclusa a jurisdição da Auditoria.

CAPÍTULO V Dos Recursos. SEÇÃO I Do Recurso Voluntário.

Art. 71. Das decisões da Auditoria caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, para as Câmaras de Julgamento.

Parágrafo Único. Será julgada nula, pela Câmara de Julgamento, a decisão da Auditoria que deixar de apreciar matéria de fato ou de direito argüido ou for proferida com preterição de qualquer das garantias processuais constitucionais, devendo o processo retornar à instância originária para novo julgamento.

Art. 72. O recurso será interposto, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência da decisão.

Parágrafo Único. Como recurso, somente poderá ser apresentada prova documental cuja produção não foi possível antes do julgamento de primeira instância.

Art. 73. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em único processo.

SEÇÃO II Do Recurso de Ofício.

Art. 74. Será obrigatoriamente interposto, pelo auditor julgador, Recurso de Ofício das decisões da Auditoria de julgamento em Primeira Instância, em processos de Auto de Infração, de reclamação ou de petição do sujeito passivo, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal.

Parágrafo Único. Não será objeto de Recurso de Ofício a decisão proferida em processo cuja importância em litígio seja igual ou inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), atualizando-se monetariamente este valor pelo mesmo índice que corrige os valores constantes na Legislação Tributária.

Art. 75 - As decisões sujeitas a Recurso de Ofício não se tornam definitivas, na esfera administrativa, enquanto aquele recurso não for julgado.

SEÇÃO III Do Recurso de Revisão.

Art. 76. Caberá Recurso de Revisão das decisões das Câmaras de julgamento para o Conselho Pleno, em caso de divergência entre a Resolução recorrida e outra definitiva da mesma Câmara, de Câmara diversa ou do próprio Conselho Pleno.

§ 1º. O Recurso admitido de que trata este artigo deverá ser instruído com cópia da decisão tida como divergente ou a indicação precisa de publicação idônea, e será levado à sessão plenária constante da respectiva pauta.

§ 2º. Deve o recorrente fundamentar o nexó de identidade entre as decisões tidas como divergentes, provando a relação de causa e efeito dos fatos que ensejaram a autuação, o lançamento de ofício ou a denegação do pedido de restituição.

§ 3º. O Recurso de Revisão será dirigido ao Presidente do Conselho de Recursos Tributários e será interposto no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da decisão, pelo sujeito passivo ou pela Procuradoria Geral do Município.

§ 4º. Havendo inadmissibilidade do Recurso de Revisão, o pagamento do débito por parte do devedor deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da decisão pelo sujeito passivo.

CAPÍTULO VI Das Decisões de última Instância.

Art. 77. Salvo o caso de Recurso de Revisão, as Câmaras de julgamento do Conselho de Recursos Tributários constituem a última Instância Administrativa, no âmbito da Secretaria de Finanças do Município, contra as decisões de caráter tributário da Auditoria, e emitirão decisão irrecorrível, no prazo de 40 (quarenta) dias, a contar da data do recebimento do processo.

Parágrafo Único. No caso de indeferimento do Recurso, o devedor terá o prazo de 10 (dez) dias para pagamento do débito, a contar da intimação da decisão.

Art. 78. O Presidente do Conselho de Recursos Tributários decidirá, mediante despacho fundamentado, quanto à admissibilidade ou não do recurso de revisão.

CAPÍTULO VII Da Suspensão do Processo.

Art. 79. Suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual do impugnante ou requerente, do recorrente ou de seu representante legal, promovendo-se a imediata intimação do sucessor para integrar o processo.

Parágrafo Único – Durante a suspensão, somente serão praticados os atos que não impliquem julgamento do processo ou prejuízo da parte.

CAPÍTULO VIII Da Execução das Decisões.

Art. 80. As decisões definitivas dos órgãos administrativos serão executadas no prazo de 10 (dez) dias, contado da sua notificação ao sujeito passivo da obrigação tributária.

Parágrafo Único. A execução consistirá:

- I - na intimação ao recorrente ou sujeito passivo para pagar, no prazo de 10 (dez) dias, o débito atualizado na forma da lei aplicável;
- II - na imediata inscrição, como Dívida Ativa, e remessa de certidão à cobrança executiva, dos débitos constituídos, se não forem pagos nos prazos estabelecidos;
- III – na notificação ao contribuinte, para receber a importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;
- IV - na simples ciência ao sujeito passivo, da decisão a ele favorável, se for o caso.

CAPÍTULO IX

Da Gratuidade do Processo e do Regime Processual.

Art. 81. Os processos no Contencioso Administrativo Tributário são gratuitos e não dependem de garantia de qualquer espécie.

Art. 82 - Aplicam-se, supletivamente, aos Processos Administrativo-Tributários as normas do Código de Processo Civil.

CAPÍTULO X

Da Extinção do Processo Administrativo-Tributário.

Art. 83. Extingue-se o processo:

I - sem julgamento do mérito:

- a) quando a autoridade julgadora acolher a alegação de coisa julgada;
- b) quando não ocorrer a possibilidade jurídica, a legitimidade da parte e o interesse processual;
- c) pela remissão;
- d) pela anistia, quando o crédito tributário se referir apenas à multa;
- e) pela compensação e/ou transação;
- f) com a extinção do crédito tributário pelo pagamento ou parcelamento;
- g) com o ajuizamento da ação visando a discutir o crédito objeto do processo.

II - com julgamento do mérito:

- a) quando confirmada em última instância a decisão favorável ao sujeito passivo, objeto do recurso de ofício;
- b) com a extinção do crédito tributário, pelo pagamento, quando confirmada em última instância a decisão parcialmente favorável ao sujeito passivo, objeto do recurso de ofício;
- c) pela decisão final que acolher ou rejeitar o pedido;
- d) quando o reclamante ou defendente renunciar à pretensão em que se fundamenta o pedido;
- e) pela decadência.

TÍTULO III

Do Procedimento Especial de Restituição.

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares.

Art. 84. O Procedimento Especial de Restituição rege-se pelo disposto neste Decreto.

CAPÍTULO II

Da Formação do Procedimento Especial de Restituição.

Art. 85. Os tributos municipais, as penalidades pecuniárias e seus acréscimos legais, bem como as atualizações monetárias tidas como indevidamente recolhidos ao Erário Municipal poderão ser restituídos, no todo ou em parte, a requerimento do interessado.

§ 1º. Julgado definitivamente o pedido, total ou parcialmente procedente, observar-se-á o que se segue:

I - a restituição total ou parcial de imposto dará lugar à restituição, na mesma proporção, da multa, dos juros e dos demais acréscimos legais recolhidos;

II - a importância a ser restituída será atualizada monetariamente pelos mesmos critérios aplicáveis à cobrança do crédito tributário.

§ 2º. A restituição poderá, também, ser efetuada em moeda corrente, na impossibilidade da compensação com crédito fiscal do valor a ser restituído.

CAPÍTULO III

Da Extinção do Procedimento Especial de Restituição.

Art. 86. Aplicam-se ao Procedimento Especial de Restituição as disposições constantes do art. 83 deste Decreto, no que couber.

TÍTULO IV

Das Disposições Gerais e Transitórias.

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais.

Art. 87. Dos documentos anexados aos processos poderão, a requerimento das partes ou de seus procuradores, ser fornecidos trasladados, cópias e certidões.

Art. 88. Ao tomar posse, os integrantes do Conselho de Recursos Tributários prestarão compromissos perante o Secretário de Finanças do Município de bem exercer os deveres de sua função, com a máxima isenção de ânimo e de bem cumprir e fazer cumprir as leis.

§ 1º. O compromisso a que se refere este artigo é extensivo aos Presidentes das Câmaras de julgamento de Recursos Tributários.

§ 2º - A posse será dada em sessão solene do Contencioso Administrativo Tributário, lavrando-se termo em livro especial, assinado pelo Secretário de Finanças e pelos empossados.

Art. 89. O Conselheiro é impedido de votar nos processos em que seja interessado, direta ou indiretamente, na qualidade de sócio, acionista, membro de Diretoria ou de Conselho Fiscal do contribuinte, à época do julgamento ou no passado.

Art. 90. Fica também impedido de votar o Conselheiro no processo em que seja interessado parente seu, até o 3º grau em linha reta ou colateral.

Art. 91. No caso de impedimento do Conselheiro Relator, o processo será submetido a novo sorteio.

Art. 92. O Conselheiro perderá o mandato em caso de desídia, caracterizada pela inobservância reiterada de prazos ou faltas a mais de 3 (três) sessões ordinárias consecutivas, salvo motivo justificado, a critério do Conselho Pleno.

§ 1º. Aplicam-se as disposições deste artigo, no que couber, aos Julgadores de Primeira Instância lotados no Contencioso Administrativo Tributário.

§ 2º. A decretação de perda do mandato de que trata este artigo é de competência do Conselho Pleno.

Art. 93. Considerar-se-á quorum, para efeito de votação, a presença mínima de mais da metade dos Conselheiros integrantes do órgão.

Art. 94. O Conselho de Recursos Tributários poderá, além das Resoluções, deliberar sobre matéria tributária de alta indagação, por solicitação do Secretário de Finanças, editando Provimento.

Art. 95. Os integrantes do Conselho de Recursos Tributários com direito a voto e os Procuradores do Município que atuam no Conselho perceberão vantagem remuneratória por sessão assistida, na forma que dispuser o Regimento Interno.

Art. 96. Os servidores da Secretaria de Finanças, Procuradores lotados na Procuradoria Geral do Município e de outros órgãos, quando no exercício das funções de qualquer dos cargos ou funções do Contencioso Administrativo Tributário, ficarão afastados de seus cargos ou funções de origem, computando-se-lhes o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais e assegurando-se-lhes a percepção das demais vantagens do cargo ou função.

Art. 97. A Secretaria de Finanças proverá o Contencioso Administrativo Tributário de local e instalações adequadas ao seu funcionamento, livros de posse, de atas e material de expediente.

Art. 98. Vagando os cargos de Presidente do Contencioso, das Câmaras e de Conselheiro, o Chefe do Poder Executivo escolherá e nomeará, através de lista tríplice, seus substitutos, outorgando-lhes mandato para completar o período de seus antecessores.

CAPÍTULO II Das Disposições Transitórias.

Art. 99. Ficam ratificados todos os julgamentos realizados entre a data da vigência da Lei nº 8.954, de 14 de setembro de 2005 e a publicação do presente Decreto.

Art. 100. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9.852, de 26 de abril de 1996.

PAÇO MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 29 de dezembro de 2006.

Luizianne de Oliveira Lins

PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA.

Alexandre Sobreira Cialdini

SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO
Martônio Mont'Alverne Barreto Lima
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO.